

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO  
GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

## EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

### Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul**  
Campo Grande - MS

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfase

Sem alterar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2013, que descreve a incerteza relacionada ao passivo contingencial no valor de R\$ 19.210 mil, referente a dívida contraída em 1994, com a Tigre S.A. - Tubos e Conexões ("Tigre"), cujo valor foi revisto no exercício de 2000, no qual a Companhia e a Tigre assinaram um termo judicial de confissão e acordo de dívida, no montante de R\$ 14.000 mil, a valores históricos da época. Amparada pelos consultores jurídicos, a Companhia suspendeu, desde 2004, as amortizações mensais dessa dívida e realizou o recolhimento das parcelas devidas até o mês de julho de 2004, por meio de depósitos judiciais, uma vez que está pleiteando nova revisão do saldo devedor, com base em laudo técnico realizado por uma empresa independente, cujo resultado montou R\$ 7.697 mil, quando da assinatura daquele termo judicial. Em 03 de julho de 2006, foi ajuizado pela Tigre uma execução de título judicial, em que está requerendo a penhora no valor de R\$ 19.625 mil e, caso não sejam encontrados valores disponíveis, tal penhora pode recair sobre o desfecho e a perspectiva de perdas em litígios dessa nova execução, bem como seus efeitos sobre as demonstrações contábeis.

### Outros assuntos

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul**, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentadas para fins de comparação foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 15 de março de 2013, que não conteve modificação e contendo ênfase sobre o mesmo assunto do parágrafo de "Ênfase" deste relatório.

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2014.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MS

  
Alfredo Ferreira Marques Filho  
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - MS

  
José Martins Alves  
Contador CRC MS 9938/O-0

# EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2013	2012		Nota Explicativa	2013	2012
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	3	6.318	5.170	Fornecedores e empreiteiros	10	20.942	16.783
Aplicações financeiras	4	49.161	56.106	Empréstimos e financiamentos	11	7.846	8.219
Contas a receber	5	58.972	54.057	Obrigações com pessoal	12	15.575	13.753
Estoques	6	6.469	5.330	Impostos e contribuições		4.018	4.127
Impostos e contribuições a recuperar		1.531	748	Parcelamento tributos e Contribuições Sociais	13	2.365	2.472
Outros créditos		929	772	Dividendos e juros sobre capital próprio	14	19.733	27.326
		<u>123.380</u>	<u>122.183</u>	Outras contas a pagar		4.644	4.860
						<u>75.123</u>	<u>77.540</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		2.359	2.020	Empréstimos e financiamentos	11	65.343	62.786
Ativos fiscais diferidos	18	50.040	54.146	Parcelamento tributos e contribuições sociais	13	6.724	9.066
Ativo financeiro	7	70.480	70.082	Provisões para contingências	15	31.708	30.296
Intangível	8	335.697	285.521	Outras contas a pagar		606	-
Imobilizado	9	48.096	40.389			<u>104.381</u>	<u>102.148</u>
		<u>506.672</u>	<u>452.158</u>				
				<b>Patrimônio líquido</b>	17		
				Capital social		400.000	300.000
				Reserva de incentivo		2.011	1.687
				Reserva legal		17.270	14.854
				Reserva de lucros		31.267	78.112
						<u>450.548</u>	<u>394.653</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>630.052</u></u>	<u><u>574.341</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>630.052</u></u>	<u><u>574.341</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

## Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2013	2012
Receita operacional líquida	19	268.119	244.782
Custo de operação e manutenção	20	(140.690)	(124.544)
Lucro bruto		127.429	120.238
Despesas operacionais			
Comerciais	21	(6.311)	(5.583)
Administrativas	22	(63.220)	(57.956)
Outras receitas	23	3.918	8.747
		(65.613)	(54.792)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		61.816	65.446
Encargos financeiros líquidos	24	1.051	439
Resultado antes dos impostos		62.867	65.885
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente		(10.460)	(10.728)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido		(4.106)	54.146
		(14.566)	43.418
Lucro líquido do exercício		48.301	109.303
Lucro por ação do capital social (Em R\$)		0,17	0,39

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado do exercício	48.301	109.303
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>48.301</u>	<u>109.303</u>
Total do resultado abrangente atribuível aos: Acionistas	48.301	109.303
	<u>48.301</u>	<u>109.303</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Incentivo	Legal	Para Investimento		
Saldo iniciais em 1º de janeiro 2012	208.418	1.687	9.389	77.957	-	297.451
Aumento de capital	91.582	-	-	(76.357)	-	15.225
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	109.303	109.303
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(17.103)	(17.103)
Reserva de incentivo fiscal - MP nº 449/08	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	5.465	-	(5.465)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	76.512	(76.512)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(10.223)	(10.223)
Em 31 de dezembro de 2012	300.000	1.687	14.854	78.112	-	394.653
Aumento de capital	100.000	-	-	(72.674)	-	27.326
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.301	48.301
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(19.733)	(19.733)
Reserva de incentivo fiscal - MP nº 449/08	-	324	-	-	(324)	-
Reserva legal	-	-	2.416	-	(2.416)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	25.829	(25.829)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	400.000	2.011	17.270	31.267	-	450.548

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	2013	2012
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	48.301	109.303
Ajustes para:		
Amortizações do intangível	13.076	12.145
Depreciações	5.278	4.150
Provisão para devedores duvidosos	1.440	(3.891)
Custo de bens baixados	106	304
Provisão para contingências	3.571	2.916
Juros do parcelamento tributros e contribuições sociais	559	708
Impostos diferidos IR/CSLL	4.106	(54.146)
Encargos financeiros sobre financiamentos de obras	302	208
Encargos financeiros sobre outros financiamentos	34	34
	<b>76.773</b>	<b>71.731</b>
<b>Variação dos ativos operacionais</b>		
Outros investimentos	6.945	(19.886)
Contas a receber	(6.355)	(8.119)
Estoques	(1.139)	(503)
Impostos e contribuições a recuperar	(783)	122
Depósitos judiciais	(339)	(348)
Outros créditos	(157)	(45)
	<b>(1.828)</b>	<b>(28.779)</b>
<b>Variação dos passivos operacionais</b>		
Fornecedores e empreiteiros	4.159	4.390
Salários, férias e gratificações e encargos sociais	1.822	1.339
Impostos e contribuições	(109)	393
Outras contas a pagar	(216)	1.942
Pagamentos de juros sobre financiamentos para obras	(2.775)	(1.788)
Pagamentos de juros sobre outros financiamentos	(130)	(18)
	<b>2.751</b>	<b>6.258</b>
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>	<b>77.696</b>	<b>49.210</b>
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos</b>		
Aplicação no intangível	(65.584)	(38.860)
Aplicação no imobilizado	(16.086)	(12.399)
Subvenções recebidas	4.627	2.187
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos</b>	<b>(77.043)</b>	<b>(49.072)</b>
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos</b>		
Financiamentos obtidos para obras	3.861	4.286
Parcelamento tributos e contribuições sociais	(1.920)	-
Outros financiamentos	5.004	1.440
Juros sobre capital próprio	2.630	1.878
Amortização do parcelamento de tributos e contribuições sociais	(2.082)	(2.402)
Amortizações de financiamentos para obras	(6.118)	(5.643)
Amortizações de outros financiamentos	(880)	(122)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos</b>	<b>495</b>	<b>(563)</b>
<b>Variação líquida em caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.148</b>	<b>(425)</b>
Caixa e equivalente no início do exercício	5.170	5.595
Caixa e equivalente no final do exercício	6.318	5.170
<b>Variação líquida em caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.148</b>	<b>(425)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

## Demonstrações do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	2013	2012
<b>Receitas</b>		
Receitas operacionais	301.406	277.544
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.644)	(2.779)
Outras receitas	6.077	8.747
	<u>302.839</u>	<u>283.512</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Produtos químicos consumidos	(3.585)	(2.745)
Outros materiais consumidos	(10.375)	(9.868)
Energia elétrica	(23.036)	(24.932)
Serviços de terceiros contratados	(56.468)	(45.871)
Outras despesas operacionais	(7.809)	(5.429)
	<u>(101.273)</u>	<u>(88.845)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>201.566</u>	<u>194.667</u>
<b>Depreciações e amortizações</b>		
Amortizações do intangível	(13.077)	(12.145)
Depreciações	(5.277)	(4.150)
	<u>(18.354)</u>	<u>(16.295)</u>
<b>Valor adicionado líquido</b>	<u>183.212</u>	<u>178.372</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	4.938	4.041
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>188.150</u>	<u>182.413</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Empregados e administradores		
Salários e encargos sociais	70.009	64.100
Honorários da diretoria e conselhos	858	745
Programa de participação nos resultados	2.998	2.938
	<u>73.865</u>	<u>67.783</u>
<b>Governos</b>		
Tributos federais	49.814	46.345
Tributos federais diferidos	4.106	(54.146)
Tributos estaduais	5.528	7.287
	<u>59.448</u>	<u>(514)</u>
<b>Aluguéis</b>	2.649	2.239
Encargos financeiros	3.887	3.602
	<u>6.536</u>	<u>5.841</u>
Juros sobre capital próprio	19.733	17.103
Dividendos	-	10.223
	<u>19.733</u>	<u>27.326</u>
Lucros retidos do exercício	28.568	81.977
<b>Valor total</b>	<u>188.150</u>	<u>182.413</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

## 1. Contexto operacional

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul ("Sanesul" ou "Companhia"), localizada à Rua Doutor Zerbini, nº 421, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Companhia criada pelo Decreto Estadual nº 71, de 26 de janeiro de 1979, é uma Sociedade de economia mista, vinculada à Governadoria do Estado e por ela supervisionada, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com capital subscrito pelo Estado. É regida pela legislação federal e estadual, que disciplinam as atividades relacionadas ao Saneamento Básico, pela legislação aplicável às Sociedades por Ações e por seu Estatuto, nos termos da Lei nº 1.496 de 12 de maio de 1994.

Tem por objeto social a exploração dos serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; de drenagem e manejo das águas fluviais urbanas; serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos; serviços relativos à saúde da população, prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e certificação nessas áreas de atuação, bem como outros serviços de interesse para a Companhia e para o Estado de Mato Grosso do Sul, dentro e fora de seus limites territoriais. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e outras em assuntos pertinentes à consecução de seus objetivos básicos.

As operações da Companhia são representadas pelas seguintes concessões:

Municípios	Data da assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Água Clara	16 julho, 2002	16 julho, 2022	20	8,5
Alcinópolis	21 março, 2011	21 março, 2041	30	27,2
Amambai	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	25,0
Anastácio	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	24,9
Anaurilândia	30 outubro, 2003	30 outubro, 2023	20	9,8
Angélica	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	25,0
Antônio João	3 agosto, 2011	3 agosto, 2041	30	27,6
Aparecida do Taboado	5 julho, 2000	5 julho, 2020	20	6,5
Aquidauana	15 agosto, 2011	15 agosto, 2041	30	27,6
Aral Moreira	23 março, 2010	23 março, 2040	30	26,2
Bataguassu	9 setembro, 2011	9 setembro, 2041	30	27,7
Bataiporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	25,0
Bodoquena	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	25,0
Bonito	24 julho, 2000	30 setembro, 2013	13	0,0 (a)
Brasilândia	29 setembro, 1980	29 setembro, 2010	30	0,0 (a)
Caarapó	16 maio, 2000	16 maio, 2020	20	6,4
Camapuã	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	24,9
Caracol	13 setembro, 2011	13 setembro, 2041	30	27,7
Chapadão do Sul	10 agosto, 2010	10 agosto, 2040	30	26,6
Coronel Sapucaia	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	26,0
Corumbá	11 setembro, 1999	11 setembro, 2019	20	5,7
Coxim	18 março, 2004	18 março, 2024	20	10,2
Deodápolis	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	28,0

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

Municípios	Data da assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Dois Irmãos do Buriti	18 julho, 2001	18 julho, 2021	20	7,6
Douradina	6 junho, 2001	6 junho, 2021	20	7,4
Dourados	9 setembro, 1999	9 setembro, 2019	20	5,7
Eldorado	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	28,0
Fátima do Sul	30 março, 2000	30 março, 2020	20	6,2
Figueirão	18 abril, 2005	18 abril, 2025	20	11,3
Guia Lopes da Laguna	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	25,0
Iguatemi	12 março, 2003	12 março, 2023	20	9,2
Inocência	1 outubro, 2009	1 outubro, 2039	30	25,8
Itaporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	25,0
Itaquiraí	15 março, 2001	15 março, 2021	20	7,2
Ivinhema	4 agosto, 2011	4 agosto, 2041	30	27,6
Japorã	22 janeiro, 2002	22 janeiro, 2022	20	8,1
Jardim	24 setembro, 2009	24 setembro, 2039	30	25,7
Jatei	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	25,0
Juti	24 abril, 2003	24 abril, 2023	20	9,3
Ladário	17 junho, 1992	17 junho, 2012	20	0,0 (a)
Laguna Caarapã	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	26,0
Maracaju	10 junho, 2011	10 junho, 2041	30	27,5
Miranda	16 julho, 2001	16 julho, 2011	10	0,0 (a)
Mundo Novo	29 dezembro, 2010	29 dezembro, 2040	30	27,0
Naviraí	14 julho, 2000	14 julho, 2015	15	1,5
Nioaque	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	24,9
Nova Alvorada do Sul	30 outubro, 2003	30 outubro, 2023	20	9,8
Nova Andradina	27 abril, 2011	27 abril, 2041	30	27,3
Novo Horizonte do Sul	28 março, 2000	28 março, 2020	20	6,2
Paranaíba	5 dezembro, 2008	5 dezembro, 2038	30	24,9
Paranhos	8 março, 2012	8 março, 2042	30	28,2
Pedro Gomes	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	26,0
Ponta Porã	2 abril, 2012	2 abril, 2042	30	28,3
Porto Murtinho	30 maio, 2011	30 maio, 2041	30	27,4
Ribas do Rio Pardo	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	28,0
Rio Brilhante	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	26,0
Rio Negro	12 setembro, 2008	12 setembro, 2038	30	24,9
Rio Verde	11 março, 2010	11 março, 2040	30	26,2
Santa Rita do Pardo	4 outubro, 2000	4 outubro, 2020	20	6,8
Selvíria	4 junho, 2013	4 junho, 2043	30	29,4
Sidrolândia	15 dezembro, 2009	15 dezembro, 2039	30	26,0
Sonora	2 junho, 2003	2 junho, 2023	20	9,4
Tacuru	29 maio, 2012	29 maio, 2042	30	28,4
Taquarussu	6 agosto, 2004	6 agosto, 2034	30	20,6
Terenos	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	24,9
Três Lagoas	11 fevereiro, 2011	11 fevereiro, 2041	30	27,1
Vicentina	23 março, 2001	23 março, 2021	20	7,2

(a) Contratos em fase de negociação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria Executiva em 27 de janeiro de 2014.

### 2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### 2.2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

#### 2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5: Contas a receber;
- Nota Explicativa nº 5: Serviços incorridos e não faturados;
- Nota Explicativa nº 9: Vida útil do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa nº 15: Provisões para contingências;
- Nota Explicativa nº 18: Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

#### 2.2.4. Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

#### 2.2.5. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

#### Instrumentos financeiros

##### a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece o contas a receber inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio de resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: contas a receber e ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

**b) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

**c) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O principal ativo que a Companhia possui nessa categoria é o "Contas a receber".

**d) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**e) Concessões**

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de saneamento básico parcialmente por meio de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

### Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e empreiteiros e outras contas a pagar.

### Capital social

#### a) Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O Estatuto Social da Companhia determina o percentual dos dividendos mínimos obrigatórios (vide Nota Explicativa nº 17).

### Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

### Ativo financeiro

A Companhia reconhece como um “Ativo financeiro”, o crédito a receber do poder concedente visto que possui o direito incondicional de receber indenização ao fim do contrato de concessão referente aos bens edificadas e não recuperados por meio da utilização operacional dos bens. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa SELIC em vigor em 31 de dezembro de 2013.

### Imobilizado

#### a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

#### b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos-futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

**c) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	50 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Equipamentos pesados	4 anos
Veículos	5 anos
Ferramentas	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**Intangível**

**a) Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa 08).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos-futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo intangível. O valor do ativo intangível é reconhecido como um direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a concessão dos serviços.

Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos.

#### **Redução ao valor recuperável (impairment)**

##### **a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

##### **b) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

#### **Reconhecimento de receitas, custos e despesas**

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

##### **a) Receita de serviços**

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de águas e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

## **Benefícios a empregados**

### **a) Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes. As obrigações de pagamento para planos de contribuição definida são reconhecidas como uma despesa no resultado à medida que são incorridas. A Companhia não possui outros benefícios pós-empregos.

### **b) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, Por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

### Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

#### **Resultado por ação básico e diluído**

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

#### **Demonstração de valor adicionado**

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável somente as companhias abertas.

#### **Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

### Contas a receber e outros recebíveis

O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, excluindo obra em andamento, mas incluindo recebíveis de contratos de concessão de serviços, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, apurados na data de apresentação que se equiparam ao valor contábil.

### Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Saldo bancário	6.318	4.972
Depósitos vinculados	-	198
	<u>6.318</u>	<u>5.170</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

## 4. Aplicações financeiras

A composição das aplicações financeiras está representada como segue:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Taxa juros média a.a.	2013	2012
Banco do Brasil S.A.	Renda fixa	6,56%	17.767	19.492
Caixa Econômica Federal	Renda fixa	6,81%	31.183	36.115
Outros			211	499
			<u>49.161</u>	<u>56.106</u>

As cotas de fundo de investimento classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, sendo que no ano de 2013 a rentabilidade média foi de 6,43%. Esses recursos serão utilizados em investimentos em ativos necessários para a conclusão do ativo intangível (redes de água e esgoto dos municípios e demais investimentos previstos nos contratos de programa).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

A composição das aplicações financeiras está representada como segue:

Fundos de investimentos modalidade	Taxa de juros média a.a.	2013	2012
Fundos de investimentos	7,68%	15.223	17.255
Fundos de investimentos	7,64%	1.166	1.256
Fundos de investimentos	7,10%	503	821
Fundos de investimentos	7,94%	30.319	33.252
Fundos de investimentos	6,53%	865	593
Fundos de investimentos	4,49%	17	40
Poupança	5,67%	1.053	2.889
Fundos de investimento	4,09%	15	-
		<b>49.161</b>	<b>56.106</b>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

## 5. Contas a receber

	2013	2012
Serviços de água e esgotos	77.882	75.614
Serviços incorridos e não faturados	12.976	11.892
Outros serviços	16.511	13.508
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(48.397)	(46.957)
	<b>58.972</b>	<b>54.057</b>

### Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia adota o critério de constituir a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa com base nos créditos vencidos há mais de 180 dias e julga ser suficiente para a cobertura de eventuais perdas.

## 6. Estoques

	2013	2012
Material de manutenção e conservação	6.308	5.065
Material de expediente	161	265
	<b>6.469</b>	<b>5.330</b>

São representados por materiais necessários à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

7. Ativo financeiro

	2013	2012
Concessões indenizáveis	70.082	109.870
Ajuste a valor presente	398	(39.788)
	<u>70.480</u>	<u>70.082</u>

Refere-se ao montante esperado de recebimento junto ao poder concedente (municípios) ao final do prazo das concessões. Esses valores foram ajustados aos respectivos valores presentes de cada Contrato de Concessão, descontados pela taxa SELIC de 10%, taxa vigente no mês de dezembro de 2013.

8. Intangível

	Saldos em 31/12/2011	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2012
<b>Custo</b>					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	319.178	7.951	5.941	(109)	332.961
Sistemas de esgotamento sanitário	112.147	2.510	1.574	(345)	115.886
	<u>431.325</u>	<u>10.461</u>	<u>7.515</u>	<u>(454)</u>	<u>448.847</u>
<b>Amortização</b>					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	(150.200)	(9.055)	(42)	75	(159.222)
Sistemas de esgotamento sanitário	(27.480)	(3.090)	-	101	(30.469)
	<u>(177.680)</u>	<u>(12.145)</u>	<u>(42)</u>	<u>176</u>	<u>(189.691)</u>
<b>Obras em andamento</b>					
Sistemas de abastecimento de água	41.705	15.108	(5.942)	(89)	50.782
Sistemas de esgotamento sanitário	36.441	13.291	(985)	-	48.747
Subvenções recebidas	(895)	(2.187)	-	-	(3.082)
	<u>77.251</u>	<u>26.212</u>	<u>(6.927)</u>	<u>(89)</u>	<u>96.447</u>
<b>Ativo financeiro</b>	<u>(62.198)</u>	<u>-</u>	<u>(7.884)</u>	<u>-</u>	<u>(70.082)</u>
	<u>268.698</u>	<u>24.528</u>	<u>(7.338)</u>	<u>(367)</u>	<u>285.521</u>

	Saldos em 31/12/2012	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2013
<b>Custo</b>					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	332.961	9.266	21.749	(413)	363.563
Sistemas de esgotamento sanitário	115.886	3.213	18.361	(64)	137.396
	<u>448.847</u>	<u>12.479</u>	<u>40.110</u>	<u>(477)</u>	<u>500.959</u>
<b>Amortização</b>					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	(159.222)	(9.857)	-	363	(168.716)
Sistemas de esgotamento sanitário	(30.469)	(3.219)	-	40	(33.648)
	<u>(189.691)</u>	<u>(13.076)</u>	<u>-</u>	<u>403</u>	<u>(202.364)</u>
<b>Obras em andamento</b>					
Sistemas de abastecimento de água	50.782	17.484	(20.558)	-	47.708
Sistemas de esgotamento sanitário	48.747	35.621	(16.785)	-	67.583
Subvenções recebidas	(3.082)	(4.627)	-	-	(7.709)
	<u>96.447</u>	<u>48.478</u>	<u>(37.343)</u>	<u>-</u>	<u>107.582</u>
<b>Ativo financeiro</b>	<u>(70.082)</u>	<u>-</u>	<u>(398)</u>	<u>-</u>	<u>(70.480)</u>
	<u>285.521</u>	<u>47.881</u>	<u>2.369</u>	<u>(74)</u>	<u>335.697</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água e esgotos e foram reconhecidos pela diferença entre o total dos investimentos realizados, em fase de produção, e o valor reconhecido como um ativo financeiro (Nota Explicativa nº 7). As taxas de amortização são definidas com base nos prazos de concessão de cada Contrato e foram estabelecidas mediante estudos específicos, com base nas estimativas de vida útil dos bens.

A partir de 2008, com o advento da Lei nº 11.638/07, a Companhia vem realizando estudos visando à avaliação da provisão constituída, adotando-se o método de fluxo de caixa descontado. Em 2013, foi utilizada uma taxa de desconto de 10%, equivalente à taxa Selic de dezembro de 2013, divulgada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM). A Companhia entende que essa taxa de remuneração é suficiente para a geração de caixa, necessário à manutenção de suas atividades operacionais e cobertura dos investimentos futuros.

O montante líquido de transferência de R\$ 2.369, sendo que R\$ 398 para o ativo financeiro e R\$ 2.767 do Imobilizado.

## 9. Imobilizado

	Taxa anual depreciação	Saldos em 31/12/2011	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2012
<b>Custo</b>						
Bens de uso geral						
Terrenos	-	3.942	-	(11)	-	3.931
Edificações	2%	14.343	31	-	-	14.374
Móveis e utensílios	10%	2.534	1.454	75	(13)	4.050
Equipamentos	10%	4.792	953	(22)	(33)	5.690
Veículos	20%	12.920	2.390	-	(2)	15.308
Equipamentos pesados	25%	9.022	981	-	-	10.003
Computadores	20%	4.112	674	-	(7)	4.779
Ferramentas/ferramental	20%	179	-	-	-	179
Telefones	-	6	-	-	-	6
Obras em andamento	-	5.640	5.916	(630)	-	10.926
		<u>57.490</u>	<u>12.399</u>	<u>(588)</u>	<u>(55)</u>	<u>69.246</u>
<b>Depreciação</b>						
Bens de uso geral						
Edificações		(3.198)	(281)	-	-	(3.479)
Móveis e utensílios		(1.467)	(246)	-	12	(1.701)
Equipamentos		(2.708)	(332)	42	13	(2.985)
Veículos		(8.554)	(1.595)	-	1	(10.148)
Equipamentos pesados		(6.667)	(1.093)	-	-	(7.760)
Computadores		(2.098)	(582)	-	4	(2.676)
Ferramentas/ferramental		(87)	(21)	-	-	(108)
		<u>(24.779)</u>	<u>(4.150)</u>	<u>42</u>	<u>30</u>	<u>(28.857)</u>
		<u>32.711</u>	<u>8.249</u>	<u>(546)</u>	<u>(25)</u>	<u>40.389</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

O montante de transferência de R\$ 546 refere-se ao saldo das obras concluídas e transferidas para o Ativo intangível.

Custo	Taxa anual depreciação	Saldos em 31/12/2012	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2013
<b>Bens de uso geral</b>						
Terrenos	-	3.931	29	1	-	3.961
Edificações	2%	14.374	90	3.076	-	17.540
Móveis e utensílios	10%	4.050	568	20	(309)	4.329
Equipamentos	10%	5.690	1.666	34	(169)	7.221
Veículos	20%	15.309	4.568	-	(2.736)	17.141
Equipamentos pesados	25%	10.002	2.658	-	(666)	11.994
Computadores	20%	4.779	1.084	14	(658)	5.219
Ferramentas/ferramental	20%	179	21	-	(1)	199
Telefones	-	6	-	-	-	6
Obras em andamento	-	10.926	5.402	(5.912)	(80)	10.336
		<b>69.246</b>	<b>16.086</b>	<b>(2.767)</b>	<b>(4.619)</b>	<b>77.946</b>
<b>Depreciação</b>						
<b>Bens de uso geral</b>						
Edificações		(3.479)	(309)	-	-	(3.788)
Móveis e utensílios		(1.701)	(328)	-	282	(1.747)
Equipamentos		(2.985)	(440)	-	157	(3.268)
Veículos		(10.148)	(2.185)	-	2.650	(9.683)
Equipamentos pesados		(7.760)	(1.222)	-	593	(8.389)
Computadores		(2.676)	(770)	-	602	(2.844)
Ferramentas/ferramental		(108)	(24)	-	1	(131)
		<b>(28.857)</b>	<b>(5.278)</b>	<b>-</b>	<b>4.285</b>	<b>(29.850)</b>
		<b>40.389</b>	<b>10.808</b>	<b>(2.767)</b>	<b>(334)</b>	<b>48.096</b>

O montante de transferência de R\$ 2.767 refere-se ao saldo das obras concluídas e transferidas para o ativo intangível.

10. Fornecedores e empreiteiros

	2013	2012
Fornecedores de serviços e materiais (a)	10.027	9.237
Empreiteiros (b)	10.915	7.546
	<b>20.942</b>	<b>16.783</b>

- a) O saldo está representado por débitos com fornecedores diversos, necessários à operação de suas atividades normais;
- b) O saldo está representado por empresas contratadas para execução de projetos, obras e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em diversas localidades do Estado de Mato Grosso do Sul.

11. Empréstimos e financiamentos

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Econômica Federal	6.509	61.083	7.224	62.306
Banco do Brasil S.A.	564	-	995	480
Caixa/BNDES	773	4.260	-	-
	<b>7.846</b>	<b>65.343</b>	<b>8.219</b>	<b>62.786</b>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se, substancialmente, à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (covenants).

Os principais dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	2013	2012	Credor	Prazo	Vencimento final
24393-78	Dourados 1º/91 Esg. fase 2	UPR juros 6% a.a.	8.047	9.094	CAIXA	300	Jan de 2020
24394-93	Três Lagoas 1º/91 Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.993	3.457	CAIXA	300	Mar de 2019
22212-36	Dourados Esgoto 1/90	UPR juros 6% a.a.	2.521	2.898	CAIXA	300	Mai de 2019
39624-67	Pro San Esgoto Dourados	UPR juros 8% a.a.	-	289	CAIXA	180	Dez de 2013
36744-78	Três Lagoas Esgoto 2ª fase	UPR juros 5% a.a.	348	524	CAIXA	216	Out de 2015
82253-20	Pro San Sidrolândia SAA	UPR juros 8% a.a.	158	379	CAIXA	180	Ago de 2014
39573-78	Pro San Anastácio SAA	UPR juros 8% a.a.	-	131	CAIXA	180	Set de 2013
39620-87	Pro San Guia Lopes	UPR juros 8% a.a.	-	45	CAIXA	180	Set de 2013
39621-01	Pro San Jardim SAA	UPR juros 8% a.a.	-	86	CAIXA	180	Set de 2013
24397-60	Prosaneer Dourados SAA/ESG	UPR juros 6% a.a.	417	469	CAIXA	300	Mar de 2020
39614-53	Pro San Aquidauana SAA	UPR juros 8% a.a.	-	83	CAIXA	180	Set de 2013
39623-41	Pro San Miranda	UPR juros 8% a.a.	-	71	CAIXA	180	Set de 2013
39615-80	Pro San Bonito SAA	UPR juros 8% a.a.	-	53	CAIXA	180	Set de 2013
57133-73	Pro San DOU/ETE Lar Doce	UPR juros 6,5% a.a.	-	10	CAIXA	120	Set de 2013
78265-26	Pro San DOU/ETE Guaxinin	UPR juros 6,5% a.a.	-	40	CAIXA	120	Abr de 2013
182228-60	Prog San Todos P. Porã Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	1.280	1.332	CAIXA	234	Fev de 2028
180167-94	Prog San Todos T. Lagoas Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	1.023	1.063	CAIXA	234	Abr de 2028
182226-41	Prog San Todos Dourados Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	625	650	CAIXA	234	Jan de 2028
190463-93	Prog San Todos A. Taboado DI	UPR juros 8% a.a.	190	236	CAIXA	120	Jun de 2017
182233-33	Prog San Todos Corumbá DI	UPR juros 8% a.a.	266	318	CAIXA	120	Jan de 2018
182227-56	Prog San Todos Corumbá Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	922	959	CAIXA	234	Jan de 2028
241662-97	Prog San Todos T. Lagoas Água	UPR juros 6% a.a.	7.802	8.553	CAIXA	120	Set de 2021
241693-66	Prog San Todos P. Porã SAA	UPR juros 6% a.a.	2.225	2.301	CAIXA	240	Fev de 2030
241695-85	Prog San Todos Corumbá SAA	UPR juros 6% a.a.	4.805	4.669	CAIXA	240	Fev de 2031
241664-14	Prog San Todos T. Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.180	9.092	CAIXA	240	Fev de 2031
291832-99	Prog San Todos P. Porã EPE	UPR juros 6% a.a.	3.040	3.130	CAIXA	240	Dez de 2029
292251-97	Prog San Todos Corumbá Água	UPR juros 6% a.a.	15.135	13.555	CAIXA	262	Dez de 2031
291829-42	Prog San Todos T. Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.560	4.883	CAIXA	240	Dez de 2029
376949-00	Prog San Todos Iguatemi Água	UPR juros 6% a.a.	439	-	CAIXA	240	Abr de 2033
		UPR e juros de 5 a 8% a.a					Até o ano 2020
40/00538-0	Outros 36 contratos FCO-Banco do Brasil	10% a.a.	157	690	CAIXA	18	Jul de 2014
001735200001-53	Finame	3% a.a.	1.058	-	CAIXA/BNDES	60	Jul de 2018
001735200002-34	Finame	3% a.a.	826	-	CAIXA/BNDES	60	Jul de 2018
001735200003-15	Finame	3% a.a.	551	-	CAIXA/BNDES	60	Jul de 2018
001735200004-04	Finame	3% a.a.	1.176	-	CAIXA/BNDES	60	Jul de 2018
001735200006-68	Finame	4% a.a.	120	-	CAIXA/BNDES	60	Ago de 2018
001735200007-49	Finame	4% a.a.	264	-	CAIXA/BNDES	60	Ago de 2018
001735200008-20	Finame	3,5% a.a.	1.008	-	CAIXA/BNDES	60	Out de 2018
	Juros incorridos a vencer		-	493	470		
	Total da dívida		<u>73.189</u>	<u>71.005</u>			
	Circulante		7.846	8.219			
	Não circulante		65.343	62.786			
	Total		<u>73.189</u>	<u>71.005</u>			

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

<u>Credor</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>Após 2020</u>	<u>Total</u>
Caixa Econômica Federal	7.316	7.896	8.522	9.197	9.926	18.540	61.397
Caixa/BNDES	1.103	1.139	1.176	528	-	-	3.946
	<u>8.419</u>	<u>9.035</u>	<u>9.698</u>	<u>9.725</u>	<u>9.926</u>	<u>18.540</u>	<u>65.343</u>

## 12. Obrigações com pessoal

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Encargos sociais a recolher	2.143	1.854
Ordenados e salários a pagar	3.353	2.919
Participação no resultado	3.043	2.994
Provisão de férias e encargos sociais	7.036	5.986
	<u>15.575</u>	<u>13.753</u>

## 13. Parcelamento de tributos e contribuições sociais

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	1.991	6.193	1.879	7.739
Parcelamentos de tributos e Contribuições Sociais	-	-	593	1.327
Reabertura do parcelamento de tributos e Contribuições Sociais	374	531	-	-
	<u>2.365</u>	<u>6.724</u>	<u>2.472</u>	<u>9.066</u>

Em 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, instituído pelo Governo Federal, e vinha amortizando o saldo devedor existente com base em valor equivalente a 1,2% de seu faturamento bruto mensal, com incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 18 de novembro de 2009, com o advento da Lei nº 11.941/09, a Companhia aderiu ao reparcelamento dessa dívida, tendo como destaque a compensação de juros, no valor de R\$13.818, com bases negativas da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e prejuízo fiscal. Com o reparcelamento e aplicação dos incentivos previstos na Lei nº 11.941/09, o saldo devedor, em 18 de novembro de 2009, passou a ser R\$12.306, a ser amortizado no prazo de 66 meses, com incidência da Taxa de Juros Selic.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

Em 2006, a Secretaria da Receita Federal encaminhou cobrança de valores referente à COFINS do ano de 1995, que fora compensada com valores julgados pela Companhia recolhidos a maior quando ela denominava-se FINSOCIAL, no valor de R\$ 2.019. Em 2011 a Secretaria da Receita Federal julgou improcedente o argumento dos consultores jurídicos da Companhia e encaminhou para a Procuradoria Geral da Fazenda o valor do débito de R\$ 2.625 qual foi requerido o parcelamento em 60 meses, em 25 de outubro de 2011.

Em 2013, a Companhia aderiu a reabertura da Lei nº 11.941/09. Foi feita a desistência do parcelamento referente à COFINS sendo parcelado com os benefícios da Lei. O saldo devedor passou a ser R\$ 937 (saldo em 2012 R\$ 1.920), a ser amortizado no prazo de 30 meses, com incidência da Taxa de Juros Selic.

#### 14. Dividendos e juros sobre capital próprio

Neste exercício, a Companhia atribuiu créditos aos seus acionistas no valor de R\$19.733, referente a juros sobre capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e legislação pertinente. Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios, serão encaminhados à Assembleia Geral de Acionistas para aprovação, está assim realizada: Estado de Mato Grosso do Sul (R\$19.715) e Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - Agesul (R\$18).

Os juros foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. Para fins de demonstração e adequação aos princípios contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de encargos financeiros líquidos para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Conforme previsto pela legislação fiscal e dentro dos limites de 50% do lucro antes do Imposto de Renda, o valor contabilizado foi integralmente deduzido na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de R\$ 6.709.

Em 2012 foi proposto e capitalizado dividendos no valor de R\$ 10.223 em complemento aos juros sobre o capital próprio, para totalizar dos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme previsão estatutária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

15. Provisão para contingências

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nos pareceres jurídicos dos advogados, em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, assim distribuídas:

	2013	2012
Ações fiscais	5.325	5.325
Ações cíveis	25.271	21.741
Ações trabalhistas	1.112	3.230
	<u>31.708</u>	<u>30.296</u>

  

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2011	5.325	22.043	13	27.381
Adições	-	-	3.217	3.217
Reversões	-	-	-	-
Baixas	-	(302)	-	(302)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>5.325</u>	<u>21.741</u>	<u>3.230</u>	<u>30.296</u>
Adições	-	3.530	41	3.571
Reversões	-	-	(2.159)	(2.159)
Baixas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	<u>5.325</u>	<u>25.271</u>	<u>1.112</u>	<u>31.708</u>

**Ações fiscais**

	2013	2012
Diferença base cálculo COFINS/PIS-Pasep (a)	5.325	5.325
	<u>5.325</u>	<u>5.325</u>

- a) Em 2004, por meio de procedimentos de fiscalização, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal a recolher diferenças de contribuições ao PIS/PASEP e COFINS. Essas diferenças estão sendo contestadas pelos consultores jurídicos da Companhia por julgá-las improcedentes. Foi constituída provisão no valor de R\$5.325 referente ao montante estipulado pelas respectivas notificações.

**Ações cíveis**

	2013	2012
Tubos e Conexões Tigre S.A. (b)	19.210	19.210
Outras ações cíveis (c)	6.061	2.531
	<u>25.271</u>	<u>21.741</u>

- b) A Companhia mantém registrado o montante de R\$ 19.210 em favor da empresa Tigre S.A. - Tubos e Conexões refere-se a uma dívida, cujo valor foi revisto no exercício de 2000, no qual a Companhia e a Tigre assinaram um termo judicial de confissão e acordo de dívida, no montante de R\$ 14.000, a valores históricos, à época. Amparada pelos seus consultores jurídicos, a Companhia suspendeu, desde o mês de fevereiro de 2004, as amortizações mensais dessa dívida e realizou o recolhimento das parcelas devidas até o mês de julho de 2004, por meio de depósitos judiciais, uma vez que está pleiteando nova revisão do saldo devedor, com base em laudo técnico realizado por uma empresa independente, cujo resultado montou em R\$ 7.697, quando da assinatura daquele termo judicial. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a possibilidade de perda deste litígio é provável;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

- c) Outras ações cíveis referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios, e por opinião dos consultores jurídicos a probabilidade de perda é provável.

**Ações trabalhistas**

São relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, oriundos de responsabilidade solidária.

**Processos judiciais com probabilidade de perda possível**

A Companhia é parte integrante em diversas ações judiciais referente às questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos seus consultores jurídicos como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$17.790 em 31 de dezembro de 2013 (R\$16.288 em 2012).

**16. Partes relacionadas**

Durante os exercícios de 2013 não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal chave da administração.

**a) Remuneração de pessoal-chave da administração**

Em 31 de dezembro de 2013, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 858 (R\$ 745 em 2012) registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, remunerações variáveis e benefícios diretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

**17. Patrimônio líquido**

**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 400.000 (R\$ 300.000 em 2012), está representado por 283.241.754 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2012), pertencentes aos seguintes acionistas:

Acionistas	Ações	%
Estado de Mato Grosso do Sul	282.986.836	99,91
Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos	254.918	0,09
	<u>283.241.754</u>	<u>100,00</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

**b) Reserva legal**

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**c Reserva de lucros**

É destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento e/ou aumento de capital social. Está sujeita a aprovação na próxima Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2014.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado do exercício	48.301	109.303
Reserva legal	(2.415)	(5.465)
Reserva de incentivo fiscal - MP 449/08	(324)	-
Juros sobre o capital próprio	(19.733)	(17.103)
Dividendos propostos	-	(10.223)
Lucro líquido para retenção de lucro	<u>(25.829)</u>	<u>(76.512)</u>

**d) Reserva de incentivo fiscal**

Constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício, correspondente às subvenções para investimentos recebidas e reconhecidas no resultado, em atendimento à Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

**e) Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

**18. Ativos fiscais diferidos**

**Ativos fiscais diferidos reconhecidos**

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>Reconhecidos no resultado</u>	<u>2012</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Provisões para contingências	3.768	480	3.288
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.892	(11)	4.903
Outras adições	5	(13)	18
Prejuízo fiscal do Imposto de Renda	32.735	(3.355)	36.090
Base negativa da Contribuição Social	8.640	(1.207)	9.847
	<u>50.040</u>	<u>(4.106)</u>	<u>54.146</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais perdas. As condições para reconhecimento do ativo fiscal diferido, conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

### Despesa de imposto corrente

Reconciliação taxa efetiva	2013		2012	
	%	R\$	%	R\$
Resultado antes dos impostos		62.867		65.885
Juros sobre o capital próprio		(19.733)		(17.103)
		<u>43.134</u>		<u>48.782</u>
Imposto pela alíquota fiscal	(34,0)	(14.665)	(34,0)	(16.586)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	10,6	4.562	10,8	4.684
Adições/exclusões permanentes	(0,8)	(357)	(1,6)	1.174
	<u>24,2</u>	<u>(10.460)</u>	<u>24,8</u>	<u>(10.728)</u>

### 19. Receita operacional líquida

	2013	2012
Serviço de abastecimento de água	247.596	232.842
Serviços de esgoto	35.271	27.870
Outros serviços de água	18.539	16.832
(-) Impostos sobre serviços (PIS-PASEP/COFINS)	(27.759)	(25.475)
(-) Impostos sobre serviços (ICMS)	(5.528)	(7.287)
	<u>268.119</u>	<u>244.782</u>

### 20. Custo de operação e manutenção

	2013	2012
Pessoal	(53.701)	(46.843)
Material	(12.890)	(11.663)
Serviços de terceiros	(64.905)	(57.482)
Outros	(986)	(895)
Amortização do intangível	(13.077)	(12.145)
(-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	4.869	4.484
	<u>(140.690)</u>	<u>(124.544)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

**21. Despesas comerciais**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pessoal	(2.115)	(1.859)
Material	(15)	(7)
Serviços de terceiros	(4.095)	(3.623)
Outros	(86)	(94)
	<u>(6.311)</u>	<u>(5.583)</u>

**22. Despesas administrativas**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pessoal	(33.934)	(32.926)
Material	(1.055)	(943)
Serviços de terceiros	(13.153)	(11.936)
Impostos e contribuições	(579)	(782)
Provisões	(6.056)	(5.695)
Depreciações	(5.277)	(4.150)
Outros	(3.166)	(1.524)
	<u>(63.220)</u>	<u>(57.956)</u>

**23. Outras receitas e despesas**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Outras receitas</b>		
Subvenções para investimentos	324	240
Venda de bens do ativo imobilizado	710	-
Contribuições e doações	4.056	4.636
Administração de serviço da coleta de lixo	418	397
Serviços técnicos de engenharia	-	19
Recuperação de crédito	1.312	2.137
Outras	260	2.563
	<u>7.080</u>	<u>9.992</u>
<b>Outras despesas</b>		
Perdas em processos judiciais	(2.605)	(608)
Custo de bens baixados do imobilizado	(328)	(304)
Estudos e projetos não aprovados	-	(89)
Projetos e obras sociais	(173)	(240)
Outras	(56)	(4)
	<u>(3.162)</u>	<u>(1.245)</u>
	<u>3.918</u>	<u>8.747</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

24. Encargos financeiros líquidos

	2013	2012
Caixa Econômica Federal (juros, taxas e variações)	(2.957)	(2.783)
Reparcelamento Lei 11.941/09	(514)	(705)
Outros	(416)	(114)
Receitas de aplicações financeiras	4.938	4.041
	<u>1.051</u>	<u>439</u>

25. Gerenciamento dos riscos financeiros

a) Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Companhia.

b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

## d) Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.318	5.170
Aplicações financeiras	4	49.161	56.106
Contas a receber	5	58.972	54.057
Ativo financeiro	7	70.480	70.082
		<b>184.931</b>	<b>185.415</b>

## Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia têm atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Os principais mitigadores do risco de crédito são os contratos de concessão. A Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços, além disso, existe o fornecimento de contratos com previsões de indenização em caso de renúncia do poder concedente, com alto grau de controle sobre os recebíveis.

## Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	2013	2012
A vencer	45.848	40.588
Vencido de 1 a 30 dias	7.680	7.738
Vencido de 31 a 90 dias	3.113	3.363
Vencido de 91 a 180 dias	2.331	2.368
Vencidos acima de 180 dias	48.397	46.957
	<b>107.369</b>	<b>101.014</b>

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação às contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro	46.957	50.848
Provisão para redução ao valor recuperável	1.440	2.417
Valores baixados	-	(6.308)
	<b>48.397</b>	<b>46.957</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

A provisão para redução ao valor recuperável é relacionada a vários clientes-usuários dos serviços prestados de água e esgoto, o que corresponde a títulos vencidos há mais de 180 dias que indicam que os clientes não devem conseguir pagar seus saldos pendentes.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação as contas a receber não vencido.

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	11	73.189	71.005
Fornecedores e empreiteiros	10	20.942	16.783
		<b>94.131</b>	<b>87.788</b>
Circulante		(28.788)	(25.002)
Não circulante		(65.343)	(62.786)

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2013	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	38 a 60 meses	Após 61 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	73.189	93.073	13.891	13.605	13.605	13.605	25.320	13.047
Fornecedores e empreiteiros	20.942	20.942	20.942	-	-	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

**Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**Risco de taxa de juros**

As operações da Companhia estão substancialmente expostas a taxas de juros indexadas à UPR.

**Perfil**

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	6.318	5.170
Aplicações financeiras	49.161	56.106
<b>Passivos financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos	73.189	71.005

Apresentamos a seguir as análises de sensibilidade para os riscos de mercado relevantes a que a Companhia está suscetível:

Instrumentos	Exposição 2013	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável		Elevação do Índice em 25%		Elevação do Índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos financeiros - Financiamentos	(73.189)	UPR	7	7	(5.123)	8,75	(6.404)	10,5	(7.685)
<b>Total</b>	<u>(73.189)</u>				<u>(5.123)</u>		<u>(6.404)</u>		<u>(7.685)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2012	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos financeiros - Financiamentos	(73.189)	UPR	7	7	(5.123)	5,25	(3.842)	3,5	(2.562)
<b>Total</b>	<u>(73.189)</u>				<u>(5.123)</u>		<u>(3.842)</u>		<u>(2.562)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

**Hierarquia do valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 14 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31 de dezembro de 2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Outros investimentos	-	49.161	-

**Valor justo versus valor contábil**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação:

	Valor contábil		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6.318	5.170	6.318	5.170
Aplicações financeiras	49.161	56.106	49.161	56.106
Contas a receber e outros recebíveis	58.972	54.057	58.972	54.057
Ativo financeiro	70.480	70.082	70.480	70.082
	<b>184.931</b>	<b>185.415</b>	<b>184.931</b>	<b>185.415</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e outras contas a pagar	20.942	16.783	20.942	16.783
Empréstimos e financiamentos	73.189	71.005	73.189	71.005
	<b>94.131</b>	<b>87.788</b>	<b>94.131</b>	<b>87.788</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Os saldos de outros investimentos correspondem aos valores justos calculados com base nas aplicações financeiras da empresa.

O contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, não negociáveis em mercado ativo.

	Valor justo por meio de resultado	2013		2012	
		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.318	-	5.170	-
Aplicações financeiras	49.161	-	-	-	-
Contas a receber	-	58.972	-	54.057	-
Ativo Financeiro			70.480		70.082
<b>Total</b>	<b>49.161</b>	<b>65.290</b>	<b>70.480</b>	<b>59.227</b>	<b>70.082</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	-	-	20.942	-	16.783
Empréstimos e financiamentos	-	-	73.189	-	70.817
	-	-	<b>94.131</b>	-	<b>87.600</b>

**Operações com instrumentos derivativos**

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

---

#### Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de não contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### Aspectos ambientais

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de saneamento básico e tratamento de esgoto sanitário estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, além de acreditarem que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

#### Resultados por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias conforme demonstrativo abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro do exercício	48.301	109.303
Número médio ponderado de ações	283.241.754	283.241.754
Resultado por ação básico e diluído (Reais)	0,17	0,39